

Processo de colonização do vale do rio Ajarani: o caso Āaroamē Yanomami

Colonization process of the Ajarani river valley: the Āaroamē Yanomami case



SOUSA, Marina *

RESUMO: A partir do enquadre temporal que marca a construção da BR-210, também conhecida como Perimetral Norte, na porção sul do território Yanomami no período da década de 1970, busca-se compreender de que modo esta rodovia esteve relacionada com deslocamentos forçados e intenso processo de adoecimento dos moradores da região do vale do rio Ajarani, limite leste da Terra Indígena Yanomami, no estado de Roraima. A abertura de picadas, processo de retirada da mata para feitura de uma estrada, acompanhou a chegada de madeireiros, garimpeiros e fazendeiros. Esta tríplice de exploradores da terra adentrou o território yanomami, na época ainda não oficialmente demarcado, sem que houvesse controle dos governos locais, ou das autoridades responsáveis. Assim, o objetivo deste artigo é investigar o processo de expansão de fronteiras na Amazônia, algumas das consequências para essas pessoas e as transformações sócio-históricas desde a chegada de agentes invasores. Os esforços criativos e políticos de uso do espaço são o pano de fundo. Para isso, vale-se do material de laudos antropológicos e relatórios do período da construção da Perimetral Norte. Neste sentido, pretende-se contribuir com o entendimento do processo de colonização na região do vale do rio Ajarani.

PALAVRAS-CHAVE: Terra Indígena Yanomami; regimes ameríndios de territorialidade; colonização do vale do rio Ajarani.

ABSTRACT: Bases on the time frame that marks the constructions the construction of BR-210 highway, also known as Perimetral Norte , in the southern tip of the Yanomami territory in the 1970s, we seek to understand how this highway was related to forced displacements and an intense process illness of residents of the Ajarani river valley region, eastern limit of the Yanomami Indigenous Land, in the state of Roraima. The opening of glades, the process of clearing the forest to build a road, accompanied the arrival of loggers, goldminers and farmers. This triplet of exploiters of the land entered the yanomami territory, at the time not yet officially demarcated, without the control of local governments or responsible authorities. Thus, the objective of this article is to investigate the process of expanding borders in the Amazon, some of the consequences for these people and the socio-historical transformations since the arrival of invading agents. Creative and political efforts to use space are the backdrop. For this, it uses the anthropological material and reports from the construction period of Perimetral Norte. Based on the abovesaid, the goal of the study is to contribute to the understanding of the colonization process in the Ajarani river valley region.

KEYWORDS: Yanomami Indigenous Land; Amerindian regimes of territoriality; colonization of the Ajarani river valley.

*Recebido em: 16/03/2020
Aprovado em: 17/06/2020*

* Mestra em Antropologia Social pela Unicamp, Campinas-SP, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP/Campinas, Campinas, SP. Bolsista capes. E-mail: marina.antrorr@gmail.com

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir modalidades de gestão tutelar sobre o território Yanomami durante o período de expansão de fronteiras na Amazônia nos governos militares, alguns de seus efeitos posteriores para os yanomami diante este processo de colonização¹. A proposta é interpretar a história do vale do rio Ajarani levando em consideração os impactos deste processo. As práticas de gestão tutelar, bem como a invasão dos territórios yanomami podem ser descritas como uma política epidemiológica de eliminação dos sujeitos Yanomami como define Alcida Ramos (1993). As políticas de colonização no vale do rio Ajarani ocorreram por meio de frentes de expansão de fronteiras. As práticas indigenistas eram caracterizadas pela realização de expedições de “pacificação” e “frentes de atração”². Este projeto de colonização foi responsável por: ocupações ilegais de terra na Amazônia, choque epidemiológico na população yanomami, desestruturação social, mortes, desmatamento das vias de comunicação na mata e poluição de rios.

Diante disso, faremos uma breve caracterização do povo indígena Yanomami. Orientada por estudos antropológicos, esta descrição pretende tornar legível os eventos da história do contato, do mesmo modo que localizar os Yawaripë enquanto subgrupo deste complexo povo territorialmente contíguo que conforma o conjunto cultural e linguístico conhecido como Yanomami. A caracterização do subgrupo Yawaripë na região do vale do rio Ajarani evidencia sua organização social, padrão de uso do espaço e deslocamento territorial.

Descritos enquanto caçadores-coletores e agricultores de coivara, os Yanomami ocupam uma área de floresta tropical de cerca de 230 mil quilômetros quadrados estendidos por porções dos estados de Roraima e do Amazonas e de territórios situados na Venezuela. Com uma população de aproximadamente 33 mil pessoas, se organizam em torno de 640 comunidades ao longo destes dois países (ALBERT, 2015). Os yanomami estão distribuídos num território no qual a organização em grupos socialmente relevantes não se restringe a diferenças linguísticas, estendendo-se a outros aspectos, como veremos a seguir.

1 A respeito das modalidades de gestão tutelar sobre territórios e pessoas, João Pacheco de Oliveira (2016) identifica uma diversidade de políticas impostas por um exercício regulatório do Estado. Nesse sentido, a gestão autoritária e tutelar articulada a partir de programas governamentais em relação aos povos indígenas corresponde a ações sem consulta prévia, perpetuando decisões de caráter tutelar.

2 João Pacheco de Oliveira (2016) elabora um histórico do uso da categoria “pacificação”, identificando uma continuidade histórica desde a ação colonial até o período contemporâneo do Brasil. A subordinação da região norte diante de interesses econômicos externos e alheios à sua configuração socioespacial materializou-se por meio da estratégia política oficial de expansão de fronteiras. “Pacificação”, assim sendo, vem caracterizar um conjunto de ações de controle e gestão sobre territórios e populações indígenas, mobilizadas por diferentes modalidades do monopólio do uso da violência.

A identificação de novos sítios para a caça, a coleta, a abertura de novas roças, a manutenção de antigos assentamentos, a morte de xamãs e as acusações de feitiçaria, acompanham os sentidos e lógicas de deslocamentos e agrupamentos socialmente relevantes. Assim, é preciso pontuar a impossibilidade da generalização dos Yanomami enquanto grupo socialmente uniforme. Seus subgrupos e diversos grupos locais³ se organizam socialmente de maneiras heterogêneas.

A família linguística yanomami é constituída por seis línguas que congregam ao menos dezesseis dialetos: Sanöma, Ỹroamë, Yanomami, Yanomae, Ninam, Yãnoma⁴. As variedades linguísticas já foram objeto de estudo em diversas publicações, destacando-se as contribuições de Migliazza (1972), Ramirez (1992, 1994) e Mattéi-Müller (2007). A hipótese de que a língua falada na porção sudeste - anteriormente classificada como variação do Ninam - fosse classificada enquanto representante de outra variedade linguística foi elaborada primeiramente por Ramirez (1994). O autor encontrou especificidades linguísticas que a diferenciava das demais línguas, como o uso dos pronomes pessoais livres, ou seja, aqueles que podem ser suprimidos uma vez que carregam no núcleo verbal a pessoa gramatical, e vocabulários específicos.

Nestas pesquisas, diferentes critérios linguísticos e metodologias são utilizadas para o agrupamento ou diferenciação das variedades, de modo que a publicação do Projeto de Documentação de Línguas Indígenas contribui com o mapeamento de nuances internas. A variedade Ỹroamë, falada na Serra do Pacu e do vale do Ajarani, apresenta dois dialetos que correspondem a estas regiões. O dialeto Opiki é falado na Serra do Pacu, região da Missão Catrimani, e o dialeto falado na região do Ajarani e Apiaú é o Yawaripë. Porém, Ferreira *et al.* (2011) apresentam insuficiência de dados para que generalizações mais elaboradas sejam feitas a respeito das variedades faladas na Serra do Pacu e Ajarani. A partir disto, acatamos a sugestão do estudo que classifica a variação falada nessas regiões enquanto a língua Ỹroamë.

O etnônimo “Yanomami” é uma palavra elaborada por antropólogos desde a palavra *yanömami* que significa “seres humanos” na expressão *yanömami thëpë*⁵. Os habitantes da floresta, *yanomae thëpë urhipë*, assim se definem e constroem uma noção

3 No caso dos Yawaripë, Verdum (1995) aponta que o grupo local é constituído por duas famílias nucleares articuladas por laços de afinidade. Enquanto um jovem solteiro, na época de sua pesquisa, era relacionado por laço sanguíneo a uma das famílias nucleares, um outro jovem estava em serviço pré-matrimonial. Grupos locais são ligados por intercassamentos e relações cerimoniais.

4 O estudo mais recente acerca da diversidade da família linguística yanomami “A línguas Yanomami no Brasil: diversidade e vitalidade (FERREIRA *et al.*, 2019)” apresenta dados atualizados acerca da vitalidade das variedades faladas no território brasileiro, como também as ameaças que a que são confrontadas.

5 Para mais informações, consultar a página de referências gerais a respeito do povo yanomami: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami#Nome>. Acesso em: 09 jun. 2020.

de humanidade específica, como também de quem são os inimigos e os de fora. Nos discursos de Davi Kopenawa, xamã e líder yanomami, ao reivindicar os direitos territoriais de seu povo, parte de um campo semântico inteligível aos *napëpë*-brancos ou inimigos. As derivações semânticas do termo *urihi*, que pode ser traduzido como terra-floresta, abrangem elementos histórico-políticos, podendo se referir ao local de residência ou nascimento de uma pessoa (*ipa urihi*), área de uso ou origem de uma comunidade (*kami yamakí urhipë*). Estes locais se diferenciam do território *napëpë*. Para pensar a organização e a representação do espaço social yanomami, é preciso considerar estes elementos no horizonte (ALBERT, 2002).

Adentrando no universo do subgrupo Yawaripë, é preciso situá-los geograficamente. O território destes indígenas está situado na região extremo sudeste dos limites da Terra Indígena Yanomami (TIY). Uma localidade que compreende os rios Ajarani, Repartimento e Apiaú (ver anexo). Atualmente, a população dessa região é estimada em 212 pessoas, como mostra o censo do Distrito de Saúde Indígena Yanomami/Ye'kwana, distribuídos nos seguintes grupos locais: Serrinha, Cachoeirinha, Hadianani, Omama e Maloca do Dino.

Ferreira *et al.* (2019) indicam que existem diferentes graus de inteligibilidade entre os falantes Yawaripë e as demais línguas da família linguística yanomami, apontando diferenças fonológicas que dificultam a compreensão. Porém, muitas comunidades *Yãroamë* encontram-se em zonas de bilinguismo.

A historicidade do etnônimo Yawaripë não remete a uma autodenominação entre os habitantes dessa região, ainda que atualmente o uso do termo seja comum entre os moradores, como aponta Verdum (1995). A tradução do termo *Yawari* no dicionário da língua Yanomami elaborado por Mattéi-Müller (2007) indica uma palavra atribuída a espíritos aquáticos entre os Yanomami que moram na porção ocidental da TIY. Ferreira *et al.* (2019) questionam a continuidade do uso do termo *Yawari* quando da nomeação dos moradores do vale do Ajarani devido sua carga colonial, como também aponta processos de identificação e diferenciação destas pessoas que sugerem o uso do etnônimo *Yãroamë*⁶.

Como afirma Verdum (1995), o encontro dos Yawaripë com os não-indígenas pode ser entendido como colonial, uma vez que o contexto em que se davam estas relações era marcado por situações de exploração. A Amazônia, neste sentido, era vista como um

6 A partícula *pë* é de caráter propositivo e indica plural, grupo ou coletivo. Consequentemente, as palavras grafas com essa partícula indicarão plural. No texto, trataremos o termo *yawaripë* enquanto variação dialetal da língua *Yãroamë*, como também em respeito ao uso histórico do termo no material aqui apresentado, não adentrado na discussão de seu uso contemporâneo.

grande vazio demográfico a ser ocupado, dando lugar a episódios de invasão, exploração, doenças e mortes dos Yanomami (RAMOS, 1997).

João Pacheco de Oliveira (1993,1999), neste cenário de produções acerca de territorialidades ameríndias, descreve a noção de territorialização enquanto um processo de atribuição de uma base territorial fixa a um determinado grupo social e as consequentes transformações que este movimento acarreta. A territorialização, neste sentido, estaria implicada em fenômenos políticos, reelaborações culturais e relação com o passado, unidades socioculturais e seus derivados étnicos e novas formas de engajamento social diante os recursos ambientais. À vista disso, é central considerar que os eventos de demarcação da TIY não encerram processos territoriais que tomam forma em práticas de mobilidade para além dos marcos estatais.

Os elementos que traçam a história do contato com a sociedade nacional e que serão aqui sumarizados atentam para três eventos principais: a construção da rodovia Perimetral Norte⁷; a invasão garimpeira no território yanomami; e a demarcação da Terra Indígena Yanomami seguida de um processo tardio de desintrusão⁸ de fazendeiros. Estes eventos ajudam a explicar a dinâmica do uso do espaço e representação territorial que nos interessa na investigação. Assim, como pode ser compreendido o esforço criativo de manutenção e atualização das lógicas territoriais dos Yawaripë frente às zonas de invasão colonial?

Atos de intervenção do Estado e os Yanomami

Os atos de intervenção do Estado nacional no âmbito das políticas de colonização na Amazônia ocorreram com o planejamento de algumas frentes de expansão de fronteiras. Criação de projetos de assentamento, ligação rodoviária e redes de comunicação, bem como programas agrominerais, foram elaborados a partir do Plano Nacional de Integração. As ações dos governos militares, na década de 1970, tinham como plano geopolítico de colonização ocupar o que entendiam como grande vazio

7 Planejada no regime militar, a Rodovia Federal em formato transversal, pretendia atravessar a Amazônia Brasileira desde o Amapá, alcançando a fronteira do estado do Amazonas. Fazia parte da agenda dos planos de integração nacional e, por meio de ações não planejadas e de violência, causou a morte de dezenas de Yawaripë. No estado de Roraima possui 411 quilômetros abertos.

8 Desintrusão é um mecanismo legal que tem como efeito de sua determinação a retirada de pessoas não indígenas de domínios territoriais indígenas que foram demarcados. No caso da TIY esse processo se prolongou por décadas, sendo concluído apenas no ano de 2014.

demográfico amazônico. A ocupação e exploração econômica desta porção do território, garantiria, a uma só vez, riquezas nacionais e soberania sobre o território brasileiro⁹.

A região do vale do Ajarani foi cenário de uma colonização política de terra implementada na época dos governos ditatoriais que deu lugar para construção da Perimetral Norte, o evento afetou diretamente os Yawaripë. Conflitos entre indígenas, colonos¹⁰ e fazendeiros decorrentes deste processo também estavam presentes.

O cenário de construção da BR-210, a Perimetral Norte, acompanhou a criação de projetos de assentamento no ainda Território do Rio Branco¹¹. Ao longo da BR-174, rodovia que liga Boa Vista-RR a Manaus-AM, surgiram povoados rurais e pequenos centros urbanos. Santos (2013) observa que os deslocamentos populacionais oriundos da região sul e, sobretudo, da região nordeste, conformaram a mão-de-obra para trabalhar e ocupar estes projetos de assentamento. A construção da Perimetral Norte foi responsável por cortar as aldeias yanomami e levar doenças. Nas palavras de Davi Kopenawa:

Quando eu era criança, os brancos subiram os rios e começaram a fazer morrer nossos antigos em grande número. Depois voltaram, de avião e de helicóptero. Então suas fumaças de epidemia, mais uma vez, fizeram morrer muitos de nós. Agora, eles tinham resolvido abrir uma de suas estradas até o meio de nossa floresta, e suas doenças iriam com certeza devorar os que tinham sobrevivido. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.305)

A política de integração nacional da Amazônia foi instituída por meio de abertura de estradas. Neste contexto, a Perimetral Norte levou consigo pesadas máquinas e homens despreparados e não informados sobre as lógicas territoriais e sociais dos indígenas presentes na região de sua implementação. A construção da estrada também facilitou a entrada de garimpeiros e a manutenção de assentamentos nas adjacências e dentro dos limites territoriais ocupados pelos Yawaripë. Esses indígenas sofreram com a violência, epidemias, fome e exploração sexual.

A política de atuação da *Fundação Nacional do Índio* (Funai) diante do cenário de expansão mineral e agrícola, deu-se a partir da realização das ditas expedições de

9 Calávia Saez (2004) aponta um conjunto de ações oficiais que afetam os territórios indígenas em zonas de fronteira. Como zonas de conflito por seu caráter fronteiriço e inserida neste plano de colonização aurífera e agrárias, estas regiões estariam submetidas a formas potencialmente danosas de exploração. Assim, a promoção e especulação enquanto fonte de riquezas produziu no eldorado roraimense um cenário de espoliação do humano e contrabando das riquezas auríferas do solo yanomami.

10 Colono é uma categoria local em diversos contextos do universo rural. No cenário roraimense, costuma se referir a pessoas (sobretudo figuras masculinas) que participam de projetos de colonização na região.

11 Território Federal do Rio Branco foi um território federal brasileiro que teve sua origem geopolítica dada a partir do desmembramento do Amazonas e que a Constituição de 1988 elevou à condição de estado de Roraima, sendo a capital Boa Vista.

“pacificação”. Em 1973, a Funai anunciou o plano para realizar estas expedições na porção noroeste da Bacia Amazônica (DAVIS, 1978). As consequências desta política repercutiram na criação do Posto Indígena Ajarani, um posto de atração. Localizado no vale do Rio Ajarani, sua construção tinha como objetivo promover o deslocamento dos Yawaripë, atraindo-os até o posto. A lógica de atuação da ação indigenista oficial era orientada pelas frentes de atração. Ou seja, estabelecer a retirada deste grupo das áreas que tradicionalmente ocupavam, deslocando-os para próximo dos postos.

No que diz respeito aos efeitos da construção da Perimetral Norte sobre o subgrupo Yawaripë, da região do vale do Ajarani, Farage (1999) elaborou um detalhado panorama da região e aponta práticas indigenistas que utilizavam táticas denominadas de “frentes de atração”, que acarretaram o deslocamento forçado dos habitantes desta região a fim de dar continuidade ao processo de colonização.

Quanto à política indigenista oficial no que se refere a este subgrupo, medidas foram tomadas apenas após o contato de indígenas com os trabalhadores da construtora Camargo Corrêa, responsável pela construção da BR-201, a Perimetral Norte. Farage (1999) aponta que muitos trabalhadores da construtora forneciam açúcar e objetos industrializados para os indígenas, no intuito de não sofrerem ataques enquanto trabalhavam. No laudo, encontra-se as seguintes informações:

Havia aldeias, portanto, “instalada exatamente na rota da estrada”. Providências oficiais, entretanto, só foram tomadas quando a população Yawaripë já estava em contato intensivo com os trabalhadores da construtora Camargo Corrêa, encarregada da construção da BR-210, com duas serrarias implantadas no local, além de alguns pequenos colonos que já chegavam. Epidemias, trazidas pelo processo descontrolado de contato, já faziam número considerável de vítimas: de 1974, quando N. Cape estimou em 102 indivíduos a população Yawaripë no vale do rio Ajarani, a meados de 1975, a população Yawaripë sofrera 23 baixas, reduzindo-se a 79 indivíduos. (TAYLOR *apud* FARAGE, 1999, p.6)

A intrusão em território yanomami promovida pela construção da Perimetral Norte teve efeitos sobre os modos yawaripë de circulação e ocupação do território. Cintia da Silva (2015) indica que a intrusão acarretou processos de confinamento que corromperam as redes de relação entre as aldeias, as festas, e as atividades de roça e caça. Esta última, que necessita de grandes áreas não desmatadas, foi afetada enormemente e implicou no esgotamento de fontes proteicas aos indígenas. Deste modo, o declínio da produção de alimentos e o dismantelamento das redes parentais levaram estes indígenas a buscar alimentos fornecidos pelos não-yanomami, gerando relações de dependência. O que antes poderia ocorrer no âmbito de trocas (Yawaripë e não-yanomami), passa a ser configurado pelo ordenamento monetário. Silva destaca nesse processo dois aspectos centrais: “[...] o da sedentarização, pois não conseguem mais

caçar, e tornam-se dependentes dos produtos regionais para sobreviver, e a inserção do trabalho, já que precisam monetarizar-se para adquirir esses produtos” (2015, p.54).

Neste cenário, ocorre um processo de sobreposição ao território yawaripë. No ano de 1977, o *Instituto de Colonização e Reforma Agrária* (Incra) criou o Distrito Agropecuário de Roraima. Perfazendo uma área de 6.000.000 ha, percorria o vale do rio Mucajá e parcelas de terras atravessadas pela BR-174 e pela Perimetral Norte. Concomitantemente, a Funai realizou um levantamento que tinha como objetivo definir os limites da Terra Indígena Yanomami. No período, foram identificados cinco grupos locais do subgrupo Yawaripë: Flechal, Humaitá, dois grupos locais com nomes não identificados no quilômetro 29 da Perimetral Norte, uma aldeia do quilômetro 33 e o grupo local Castanheira (FARAGE, 1999). Entretanto, a proposta de demarcação realizada pela Funai não compreendia as regiões nas quais os Yawaripë habitavam e realizavam suas atividades produtivas.

Nádia Farage (1999), em seu laudo pericial requisitado pela justiça federal da seção de Roraima, referente à situação de desintrusão fazendeira, aponta que a presença dos indígenas ao longo da Perimetral Norte era de conhecimento das autoridades responsáveis. Porém, medidas oficiais não foram tomadas. A chegada das máquinas e o intenso trabalho realizado pela construtora Camargo Corrêa trazia consigo epidemias, violência e trabalho escravo¹². A constituição de um processo descontrolado de contato acarretou a morte de cerca de 23 pessoas de um grupo de 102. A estrada dava passagem para aquilo que provocaria o maior impacto de violência sofrido pelos Yanomami: a invasão garimpeira¹³.

O alastramento de epidemias como sarampo, malária, tuberculose e doenças venéreas tem seus efeitos sobre a saúde dos Yanomami. Suas vias de comunicação na mata foram cortadas por buracos e máquinas, as plantações inundadas e transformadas em montes de cascalho lavado, animais de caça afugentados pelo barulho da intensa atividade de máquinas, aviões e a poluição de mercúrio (utilizado no garimpo) nos rios. Ramos (1993) aponta que a transformação na paisagem dada pela presença garimpeira dá lugar a uma estratégia política epidemiológica de eliminação dos sujeitos yanomami.

12 João Pacheco de Oliveira (2016) analisa modalidades que inferem sobre gestão de populações e territórios mobilizadas ao longo da história do Brasil por diversos governantes. A respeito da escravização de indígenas no Brasil Colônia, identifica o deslocamento forçado, os descimentos, as “guerras justas” como componentes que justificariam a então proibida escravização indígena. Utilizamos, nesse sentido, o termo “trabalho escravo” para nos referir à apropriação violenta da força de trabalho e saberes, invasão de territórios e exploração de recursos no Brasil contemporâneo.

13 *Yanomami em tempo de ouro* (1985) é um relatório de pesquisa que relata as condições socioeconômicas e sanitárias desta população no auge do garimpo. Pretendia fornecer subsídio para as equipes médicas que atuavam nas regiões mais afetadas pelo garimpo.

O eldorado roraimense, que se deu entre as décadas de 1980 e 1990, foi um período em que o estado assistiu a maior produção aurífera. A atividade, impulsionada pelo presidente da Funai na época, Romero Jucá, foi apontada, no relatório final da *Comissão Nacional da Verdade*¹⁴, como responsável pelo genocídio indígena. Somando mais de 40 mil garimpeiros, a extração aurífera em territórios dos Yanomami impulsionou a construção de inúmeras pistas de pouso clandestinas. A situação perdura até os dias atuais, tendo em vista que a TIY se encontra invadida por mais de 20 mil garimpeiros¹⁵.

A invasão dos garimpeiros também marca a chegada das epidemias que matam os Yanomami, chamadas *Xawara*. Sua proliferação, na concepção yanomami sobre os poderes patogênicos, dá-se por meio da retirada do ouro da terra e seu subsequente processo de queima¹⁶. Quando localizado nas profundezas da terra, seus poderes nefastos são neutralizados. Porém, a retirada do ouro e seu armazenamento são atividades perigosas que provocam a produção de um certo tipo de fumaça. Uma espécie de fumaça invisível que se alastra e provoca a morte dos Yanomami.

O poder destrutivo de *napë*, ou seja, o inimigo, o branco¹⁷, o estrangeiro, aparece nas interpretações yanomami das situações de contato. A teoria etiológica yanomami acerca da interpretação do poder patogênico dos objetos dos brancos pode ser compreendida como uma modalidade de agressão provocada a partir do uso, da queima e do contato com esses objetos. Esta ação é tida como pertencente a uma lógica de alteridade canibal. Ou seja, os brancos, moradores de terras distantes da floresta e produtores da fumaça letal a partir da queima de seus objetos, causam a *xawara*, epidemia devoradora de corpos yanomami. Enquanto seres radicalmente diferentes dos Yanomami, os *napëpë* são aqueles que acarretam as agressões potencialmente perigosas e capazes de aniquilar grande número de pessoas a uma só vez.

14 A *Comissão Nacional da Verdade* visava levantar e esclarecer situações de graves violações de direitos humanos ocorridas no período que perpassou a criação das últimas Constituições no Brasil 1946 a 1988. Os relatórios de pesquisa divulgados estão divididos em grandes temas. Sobre a seção de violação de direitos humanos dos povos indígenas, conferir: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>, Acesso em: 01 fev. 2020.

15 Lideranças Yanomami e Ye'kwana denunciam a invasão de mais de 20 mil garimpeiros na Terra Indígena Yanomami, veja: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/pandemia-da-covid-19-torna-urgente-expulsao-de-garimpeiros-da-terra-indigena-yanomami>. Acesso em 10 jun. 2020.

16 Ramalho (2006) descreve o termo *xawara* como uma modalidade de letalidade *napëpë*, ou seja, epidemias ocorridas pela ação patológica dos não indígenas. Epidemias ou seus agentes causadores aparecem na forma de agressão a um corpo yanomami que fica adoecido, apresentando a febre como um dos principais sintomas.

17 Branco, neste contexto, é uma categoria que não se refere à cor da pele ou a qualquer outro aspecto de traços étnicos, mas à sociedade não-indígena.

Albert (1985, 1992) aponta esta lógica de alteridade canibal enquanto estruturadora de um espaço político-ontológico, no qual o referencial de humanidade se dá a partir do grupo local e orienta não só a interpretação que se faz a respeito das mortes e dos processos cerimoniais realizados com os cadáveres, como também as relações políticas com outros grupos locais. Assim, práticas de mobilidade e relações socioespaciais são articuladas desde o universo interpretativo de comorbidades. A respeito da política epidemiológica empreendida pelas ações patogênicas dos brancos e algumas de suas consequências para os Yanomami, trataremos com maior profundidade no tópico seguinte.

É no campo de intensa agressão *napëpë* que se deu o processo de demarcação da Terra Indígena Yanomami¹⁸. Como vimos anteriormente, na década de 1970, ocorreu um esforço por parte do órgão indigenista oficial no sentido de mapear os limites da área indígena. Porém, este levantamento não reconheceu os domínios territoriais de ocupação yawaripë. Este processo de levantamento foi arbitrário, uma vez que se promoveu do deslocamento forçado deste grupo por meio das “frentes de atração”.

O cenário de epidemia e genocídio dos Yanomami ganhou projeção na mídia nacional e internacional e isso foi decisivo para a ordem de retirada dos invasores (RAMOS, 1993). Logo, as autoridades se viram pressionadas a tomar decisões frente à demarcação da terra. De um transcurso demarcatório que teve seu início nos idos de 1970, marcado pela disputa por recursos minerais e terras e por propostas de demarcação em ilhas que cortariam as vias de comunicação na mata, a Terra Indígena Yanomami foi demarcada via homologação do Decreto de 25 de maio de 1992 da Presidência da República¹⁹.

Farage (1999) aponta que a gênese do impasse fundiário na região do vale do rio Ajarani se caracterizou pelas tentativas fracassadas das expedições de “pacificação”. Estas tinham como objetivo dar continuidade ao processo de expansão colonial e agrícola, promovendo o deslocamento dos Yawaripë dos locais que tradicionalmente ocupavam. A criação do Distrito Agropecuário de Roraima se sobrepôs territorialmente a porções de territórios yanomami. Em seu laudo, a autora faz o levantamento de sete fazendas sobrepostas que, em sua maioria, foram adquiridas por meio de compra nos anos de 1980 e tituladas pelo Incra.

18 A Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) elaborou o Projeto de Lei número 379/85 com o objetivo de criar o Parque Yanomami. Este projeto era apoiado por diversas entidades nacionais e estrangeiras, personalidades, cientistas e pesquisadores. Um dos objetivos era conter o etnocídio e proteger um vasto ecossistema amazônico. Porém, a demarcação só ocorreu em 1992, após o período de redemocratização no Brasil.

19 Conferir: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1992/Dnn780.htm. Acesso em: 01 fev. 2020.

Posteriormente, tendo a atividade garimpeira regulada pelo Governo Federal²⁰, o garimpo tem seu declínio acompanhado pelo aumento das atividades pecuárias, de agricultura e extração de madeira. Em diagnóstico publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2008), percebe-se que o excedente de ocupação causado pelo declínio da atividade aurífera na região foi direcionado para as terras nos projetos de assentamento. A demarcação da TIY ocorreu somente na década de 1990, entretanto, a presença ilegal de fazendeiros na região do Ajarani persistiu até o ano de 2014.

O litígio da situação se configurou em 1992, tendo o deferimento do pedido de perícia antropológica sete anos depois. O laudo foi realizado pela antropóloga Nádia Farage que respondeu aos quesitos elaborados tanto pelo autor (fazendeiro que recusava a desintrusão), como pela Funai e apontou que a situação de conflito e a pressão sobre os territórios yanomami ocorreram desde a construção da Perimetral Norte, na década de 1970, e destacou a pecuária como atividade central à época da desintrusão. O impacto da frente de expansão nos territórios yanomami foi marcado, sobretudo, pela construção da Perimetral Norte, presença de madeireiros e fazendeiros e pela extração de minérios. A criação de projetos de assentamento na região do Ajarani, acompanhada da demarcação da Terra Indígena Yanomami em 1992, teve como consequência a retirada dos garimpeiros que foram para outros locais, não extinguindo as atividades de exploração aurífera.

A situação vivida pelo conjunto multicomunitário formado pelas três aldeias Pé de Pato, Ajarani II e Humaitá era de pressão territorial. As áreas historicamente exploradas pelas atividades comunitárias e individuais extrapolavam os limites com essas fazendas e a mobilidade espacial das pessoas e suas atividades foram comprometidas. Originada pela ocupação fundiária, Farage caracteriza tal situação enquanto confinamento. A demanda de retirada destes invasores era presente desde a data da demarcação. Entretanto, apenas 22 anos após a demarcação, o processo de desintrusão na região do vale do rio Ajarani é realizado²¹.

20 O capítulo II da Carta Magna, em seu artigo 20, define os recursos minerais, inclusive os do subsolo, como bens da União. Adiante, quando das atribuições do *Congresso Nacional* no artigo 48, compete a autorização, em terras indígenas, da exploração e do aproveitamento de recursos hídricos e lavra de riquezas minerais. É também assegurado o direito de consulta às comunidades afetadas. Atualmente, no ano de 2020, está em tramitação o Projeto de Lei 191/20 do governo federal que pretende viabilizar a mineração em Terras Indígenas.

21 Calávia Saez (2004, 2015) ao analisar o sistema territorial indígena dos Yaminawa do Acre, aponta a importância das relações sociais enquanto células criadoras de território e de fronteiras sociais. Assim como os Yanomami, a não observância de fronteiras espaciais ou sociais, sua territorialidade é definida enquanto “topológica”. Ou seja, o espaço que possibilita a organização das relações prevê que níveis de proximidades e distâncias sejam operativos, na medida em que possibilitem situações de esquecimento e convivência.

No dia 31 de maio de 2014, deu-se a festa na aldeia Xikawë a fim de celebrar a desintrusão de fazendeiros da região do Ajarani, ocupada por não-indígenas há quarenta anos²². A festa mobilizou a participação de lideranças yanomami oriundos de outras regiões da Terra Indígena. A instalação de placas indicando os limites da Terra Indígena enquanto área protegida acompanharam cerimônias de fechamento da porteira de acesso. A reconstituição histórica das lutas pela demarcação da TIY conduziu a fala da liderança e xamã yanomami Davi Kopenawa, reforçando a resiliência deste povo frente as pressões externas.

A retomada de 9.000 hectares ilegalmente ocupados por 12 fazendas de gado localizadas dentro dos limites da T.I.Y foi realizada por meio de uma ação do *Ministério Público Federal*. Em documento produzido pela Comissão Pró-Yanomami, *Fronteira agro-pecuária e Terra Indígena Yanomami em Roraima: Documentos Yanomami*²³ (2003), os projetos de colonização são apontados como mecanismos oficiais que favoreceram ocupações ilegais de terra, como também provocaram desmatamento, choque epidemiológico, perdas demográficas e desestruturação social.

Dissipações febris de potências destrutivas: o adoecimento dos Yanomami

As consequências dos impactos ocasionados pela expansão de fronteiras durante os governos militares ditatoriais e décadas posteriores, pode ser descrita como violento confinamento territorial e choque epidemiológico para os Yanomami, sobretudo, no auge da produção aurífera. O desmatamento das vias de comunicação na mata ocasionado pelo processo de colonização corrompeu práticas de mobilidade territorial dos yanomami, promovendo impacto socioespacial de diversas grandezas, como veremos a seguir. Este processo, responsável por ocupação ilegal de terras na Amazônia dificultou a desintrusão de fazendeiros no vale do rio Ajarani após a demarcação da Terra Indígena Yanomami.

Um fato a se pontuar em relação aos procedimentos da Funai quando da demarcação de Terras Indígenas em Roraima é o uso dos mapas como instrumento político, pois sua produção está inserida no campo das fronteiras e disputas²⁴. Os mapas, fabricados a partir de uma representação gráfica da superfície terrestre, elaborados

22 Conferir: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/yanomami-comemoram-saida-dos-ultimos-fazendeiros-de-suas-terras-22-anos-apos-a-homologacao>. Acesso em 19 jan. 2020.

23 Conferir: <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=noticia&id=1589#>. Acesso em 02 fev. 2020.

24 Verificar anexo para visualizar as fronteiras do limite leste na TIY.

desde elementos fotográficos e dados via satélite, abarcam informações sobre relevo, solo, hidrografia, vegetação, focos de calor (Latour, 1999).

Como elaborado no tópico anterior, durante o período dos governos militares ditatoriais na década de 1970, surgiram os programas de assentamentos na Região Norte do Brasil. O conceito de exploração que norteou a construção de projetos foi marcado pela preocupação com um território considerado “vazio”. A rede de transportes, pelo Programa de Integração Nacional (PIN), previa a combinação de vias rodoviárias, hidroviárias e áreas para consolidar a ocupação do interior e possibilitar o desenvolvimento da região. A BR-174, rodovia longitudinal que atravessa toda a extensão do estado de Roraima, passando por Iracema, foi construída neste período.

A intenção era atravessar a Amazônia brasileira desde o Amapá até a fronteira do Amazonas. Possuindo 411 quilômetros de estrada construídos em Roraima, a rodovia trouxe asfalto e acarretou a morte de dezenas dos Yanomami da região do Ajarani. Ribeirinhos e indígenas, pessoas que tradicionalmente ocupavam a região, não fizeram parte do cálculo deste modelo de desenvolvimento e sofreram diretamente o impacto das ações dos militares. O relatório da *Comissão Nacional da Verdade* (2014), como citado anteriormente, no volume II, denuncia todas as violações de direitos humanos que os povos Yanomami e Waimiri-Atroari sofreram durante a construção das rodovias em Roraima.

O conjunto de Terras Indígenas demarcadas no estado de Roraima corresponde a cerca de 46% da extensão territorial de todo estado. Algumas áreas ainda se encontram em processo de demarcação. Neste cenário e nesta dinâmica territorial, há de se notar que o ciclo econômico que marcou usos específicos do território e deslocamentos populacionais para o estado de Roraima foi a “febre do ouro”.

Febre, em seu sentido etimológico remonta ao latim *febris*, relacionado a *favore*, aquecer, queimar. Estado mórbido caracterizado pela aceleração do pulso e aumento do calor, pode ser apreendida em todos estes significados. Um estado de perturbação, uma ânsia de possuir e enriquecer no eldorado roraimense. Um sonho, uma exaltação.

Um sentido de apreensão e sentidos de modalidades febris é dado a partir da experiência yanomami. A obra *A queda do céu* (KOPENAWA; ALBERT, 2015) fala da existência de vários mundos. Para os Yanomami, há vários níveis de alteridade que definem a relação com o mundo dos brancos. Kopenawa oferece uma compreensão nativa do sistema macrossocial dos brancos, uma teoria crítica do outro e uma definição específica para o capitalismo.

O estranho que chega e promove à destruição da terra e da floresta criada por *Omama*, demiurgo yanomami, é tido como um animal voraz, “comedor de terra”. Como

“porcos-do-mato”, promovem alterações na paisagem por meio de suas escavações na terra e pela utilização de mercúrio nos rios. Os cantos dos *xapirepë*, espíritos e animais ancestrais, que habitam a floresta desde o “tempo outro”, silenciam. A floresta foi tomada pelo barulho das escavadeiras e das máquinas que iriam construir a Perimetral Norte, ou parte dela. A floresta, adoecida pela *xawara*, epidemia trazida pelos brancos e de alto poder destrutivo, causa febre naqueles acometidos por ela.

Estas modalidades febris de dissipação de potências destrutivas perpassam as febres que acompanham os sentidos do garimpo: a febre do desejo pelo ouro, a febre da malária, a febre da terra que arde destruída. O recado da floresta sobre uma terra que passa a arder em febre é um exemplo de ciência-reversa em ação na história. E neste mundo que arde, todos nós compartilhamos um desfecho potencialmente destrutivo.

Invasão territorial e práticas de mobilidade

A Perimetral Norte já aproximava os não-yanomami dos domínios territoriais indígenas desde a década de 1970. Porém, o que se configura nos idos do “eldorado roraimense” foi uma verdadeira invasão de seus espaços, suas casas, suas vidas, seus animais. Uma onda de mortes, doenças, intoxicação por mercúrio, assassinatos, estupros. A violência para com os Yanomami marcou a riqueza de alguns, a espoliação de outros e o genocídio dos indígenas, bem como seu confinamento, afetando suas práticas de mobilidade.

Tais práticas, como aponta Ramos (1990), são consolidadas desde duas modalidades principais. A primeira, de caráter micro, é articulada pela necessidade de abertura de novos roçados, uma vez que o intenso uso da mesma parcela de terra acompanha o esgotamento do solo. A seguinte é marcada por eventos não relacionados com o uso do solo, configurada por uma diversidade de eventos, como epidemias, relações de agressão entre comunidades e mortes. Conseqüentemente, novas configurações espaciais são conformadas a partir destes eventos que constituem padrões de segmentação das aldeias, numa extensa rede de relações. No caso dos grupos que tiveram seus territórios invadidos, toda essa configuração espacial sofreu drásticas alterações.

Quando se considera a complexa rede de caminhos e lugares nomeados, há dois modelos analíticos a respeito da espacialidade yanomami que são elaborados de maneiras distintas, a anelar e a reticular. O modelo anelar, elaborado a partir de contribuições da década de 1980 e de 1990, como Lizot (1996), Colchester (1982) e Good (1989), pressupunha que as configurações de uso espacial yanomami estariam

relacionadas com uma organização espacial em zonas concêntricas. Esse modelo de zonas concêntricas, largamente eleito como modelo descritivo para o uso dos espaços e das atividades dos Yanomami, apresenta limitações.

É o que aponta o texto “Ethnogeography and Resource use among the Yanomami”, de autoria de Bruce Albert e François-Michel Le Tourneau (2007). Se por um lado as zonas circulares, delineadas a partir da centralidade das unidades residenciais, pensam o uso do espaço desde a constituição destes espaços concêntricos, por outro, o modelo do “espaço reticular”, proposto pelos autores, mostra que a forma de se deslocar e o uso do espaço estariam dispostos de modo irregular, a depender da disposição de recursos e caminhos produzidos por atividades individuais e coletivas. Uma figura de uso espacial que poderia ser descrita como rizomática.

De acordo com estes autores, as zonas reticulares dos espaços comunitários aglutinam áreas de exploração e manejo de recursos, bem como espaços políticos intercomunitários. Ou seja, um padrão espacial que diz respeito ao uso da terra e recursos florestais. No que concerne às identificações destas zonas espaciais, as atividades de caça, coleta e agricultura são agrupadas em distâncias relativas às unidades residenciais. No primeiro plano, encontram-se as áreas das atividades da roça, mais próximas às unidades residenciais e, no plano posterior, são realizadas as atividades de caça diária, coleta e colheita, por fim, as zonas mais distantes, são designadas para as grandes expedições de caça coletiva e coleta de frutos selvagens, bem como as “zonas vazias”. Isto é, locais potentes para encontros indesejados, com espíritos patogênicos por exemplo, e que carecem de ação humana na forma da constituição de caminhos nomeados, roças, coleta e caça.

A figura de uso espacial de natureza rizomática apresenta uma maneira refinada de comunicação, deslocamento e socialidade yanomami. Quando consideramos os efeitos da colonização do vale do rio Ajarani, percebemos um conjunto de modalidades de práticas sociais que foram alteradas a partir da invasão de seus territórios. Atividades de roça, caça e coleta, como também desejo de distância de espíritos patogênicos, foram colapsados.

A partir disso, compreendemos a TIY enquanto uma área que abarca diversos grupos com suas específicas lógicas de socialidade que marcam graus desejáveis de proximidade e distância com o mundo dos brancos. É certo que a demarcação da TIY vem responder às demandas deste grupo indígena referentes à proteção de seu território e modo de vida. Porém, a ocupação deste grupo não se restringe a um território geograficamente limitado, que prossegue com práticas de deslocamento para além das

fronteiras da terra demarcada, tendo em vista os marcos pontuam os limites para os não indígenas.

Considerações finais

Tentamos, primeiramente, descrever eventos que incidiram sobre modalidades de gestão tutelar por meio de políticas estatais quando da expansão de fronteiras na Amazônia. No caso dos Yanomami, a construção da rodovia Perimetral Norte, a invasão garimpeira e a demarcação da Terra Indígena Yanomami com o posterior processo de desintrusão de fazendeiros, foram os eventos aqui descritos. A partir disto, analisamos os efeitos da expansão de fronteiras sobre a TIY e algumas das consequências diante desta política epidemiológica de eliminação dos sujeitos Yanomami, de acordo com as considerações de Ramos (1993).

Nesse sentido, mostramos como os processos de colonização impactaram os usos do território pelo subgrupo Yawaripë, atentando para o fato de que a construção de fronteiras e limites espaciais num plano administrativo do Estado não encerram modos de deslocamento indígenas. Para isso, mobilizamos parte do material etnográfico que trata da colonização a que considerável parte de seu território foi submetida.

As estratégias de tutela indigenista colocaram em prática a política de intervenção nos territórios amazônicos de maneira unilateral e violento. De tal modo que as lógicas de uso espacial yawaripë sofreram com deslocamentos forçados e territórios invadidos. Foram necessários mais de vinte anos de demanda pela demarcação da TIY junto aos órgãos competentes. Acontecimento este que não encerrou a luta pela garantia de seus direitos territoriais, continuamente postos em suspenso por invasores.

A ação estatal que seguidamente eliminou povos indígenas e invadiu seus territórios apresenta continuidade histórica com o contexto contemporâneo. Essa ação aparece na forma de precariedade de serviços, omissão e não garantia dos direitos originários. A invasão garimpeira ilegal prossegue atualmente, causando desmatamento, poluição de rios e propagação de doenças infecciosas. A região do vale do rio Ajarani não apresenta garimpos ativos, mas o fato de ser uma das áreas mais acessíveis via terrestre serve de entrada para exploradores ilegais. A partir disso, os protocolos de consulta realizados pelos povos Yanomami e Ye'kwana, bem como o uso espacial de seus territórios devem servir como pontos de partida quando da tomada de decisões da gestão estatal.

Referências

- ALBERT, Bruce. *Temps du Sang, Temps des Cendres: Représentation de la maladie, espace politique et système rituel chez les Yanomami du sud-est (Amazonie brésilienne)*. 1985. 815 f. Tese de Doutorado (Antropologia)- Université de Paris x-Nanterre, Paris, 1985.
- ALBERT, Bruce. A fumaça do metal: História e representações do contato entre os Yanomami. *Anuário Antropológico*, n.89, Rio de Janeiro, p. 151-189, 1992.
- ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu. Uma crítica xâmanica da economia política da natureza. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida (org.). *Pacificando o Branco: Cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 239-274
- ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. *A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALBERT, Bruce; LE TOURNEAU, François-Michel. Ethnogeography and Resource Use among the Yanomami. *Current Anthropology*, Chicago, v. 48, n. 4 p. 584-592, ago./ago. 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Diagnósticos participativos em assentamentos rurais no entorno de estação ecológica: o diálogo possível entre Ibama e agricultores*. In: *Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília, 2008. 346 p.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 1.992 p.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos- Violação de direitos humanos dos povos indígenas/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1.992 p.
- CALÁVIA SÁEZ, Oscar. Índios, território y nación en Brasil. *Revista Antropologia em Primeira Mão*, Santa Catarina, n.9, p. 4-25, 2004.
- CALÁVIA SÁEZ, Oscar. Território, visto por outros olhos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 58, n.1, p. 257-284, ago./ago. 2015.
- COLCHESTER, Marcus. *The economy, ecology, and ethnobiology of the Sanema Indians of Southern Venezuela*. 1982. 238 f. Ph.D- Oxford University, Oxford, 1982. DAVIS, Shelton *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. PONTUAL, Jorge Faure (trad.) Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- FARAGE, Nádia. *Laudo Antropológico requisitado pela justiça federal*. Roraima: Seção Roraima Funai, 1999.
- FERREIRA, Helder Perri Ferreira et al. *Esboço gramatical do Yaroamë, língua falada na Serra do Pacu/ Roraima*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011. Disponível em: http://www.linguasyanomami.com/grm_yrm/grm_yrm.pdf. Acesso em: 09 jun. 2020.
- FERREIRA, Helder Perri Ferreira; MACHADO, Ana Maria; BENFICA SENRA, Estêvão (org.). *As línguas Yanomami no Brasil: diversidade e vitalidade*. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental; Boa Vista, RR: Hutukara Associação Yanomami (HAY), 2019.

GOOD, Kenneth. *Yanomami hunting patterns: Trekking and Garden relocation as an adaptations to game availability in Amazonia, Venezuela*. 1989, 180 f. Ph.D- University of Florida, Florida, 1989.

LATOUR, Bruno. Circulating Reference: Sampling the Soil in the Amazon. *In: Pandora's Hope. Essays on the Reality of Science Studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1999. p. 24-79.

LIZOT, Jaques. L'exploitation des ressources naturelles chez les Yanomami: Une stratégie culturulle globale. *In: L'alimentarin em forêt tropicale: Interactions bioculturelles et perpectives de développement*. Paris: UNESCO, 1996. p.749-758.

MATTÉI-MÜLLER, Marie-Claude. *Lengua y cultura Yanomamj: Diccionario ilustrado Yanomami-Espanõl-Yanomami*. Caracas: Epilson Libros, 2007.

MIGLIAZZA, Ernesto. *YANOAMA Grammar and Intelligibility*. 1972. 914 f. Tese de PhD- Indiana Unisersity, Indiana, 1972.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org). Atlas das Terras Indígenas/Nordeste*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1994, p. 5-18.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

RAMALHO, Moisés. *Os Yanomami e a Morte*. 2006. 168 f. Tese de Doutorado (Antropologia Social) - USP, São Paulo, 2006.

RAMIREZ, Henri. *Iniciação à língua Yanomami*. São Gabriel da Cachoeira: Diocese de São Gabriel da Cachoeira, 1992.

RAMIREZ, Henri. *Le parler Yanomami des Xamatauteri*. 1994. 429 f. Tese de doutorado (Ciências da Linguagem), Universidade d'Aix-en-Provence, Provença, 1994.

RAMOS, Alcida Rita *et al.* Yanomami em tempo de ouro: Relatório de Pesquisa. *Série Antropologia*, Brasília, n. 51, p. 1-68, 1985.

RAMOS, Alcida. *Memórias Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami*. São Paulo; Brasília: Marco Zero, UnB, 1990.

RAMOS, Alcida. Terra e sobrevivência cultural Yanomami. *Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY)*. São Paulo, 1990.

RAMOS, Alcida. O papel político das epidemias: o caso Yanomai. *Série Antropologia*, Brasília, n. 153, p. 2-21, 1993.

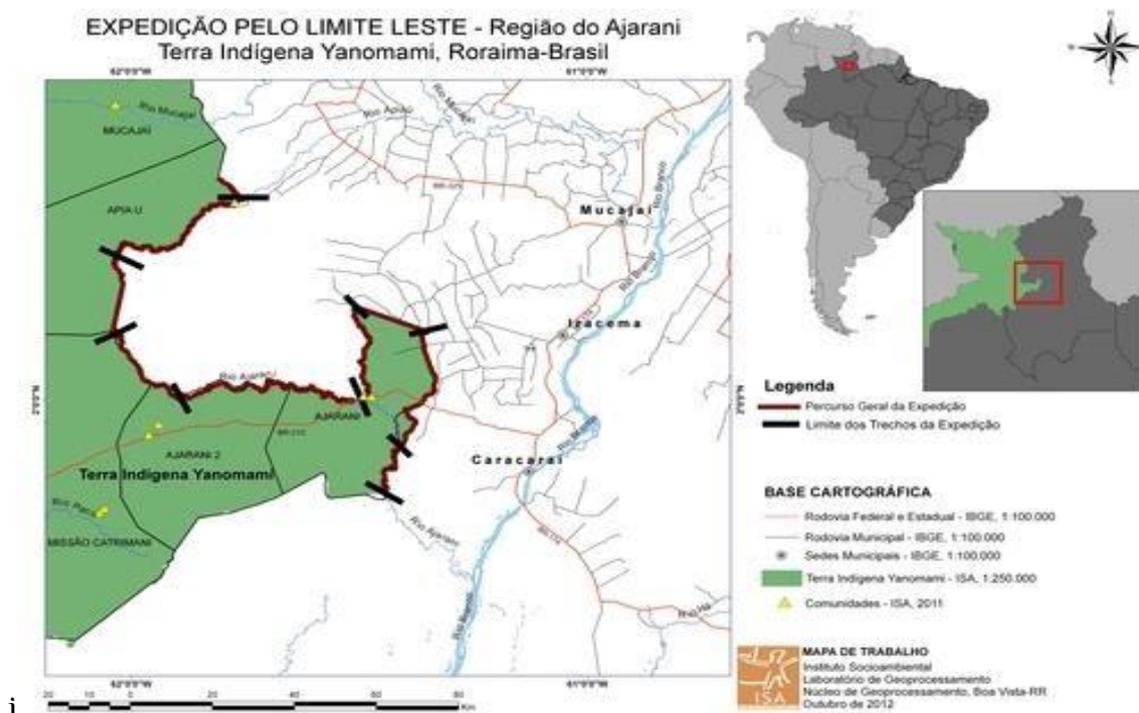
RAMOS, Alcida. Convivência Interétnica no Brasil: os índios e a nação brasileira. *Série Antropologia*, Brasília, n. 221, p. 2-17, 1997.

SANTOS, Nelvio. *Política e poder na Amazônia: O caso de Roraima (1970-2000)*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SILVA, Cintia dos Santos. *Os Yawaripë Yanomami: da intrusão da Rodovia Perimetral Norte aos processos de resistência dos povos da floresta*. 2015. 195 f. Dissertação de mestrado- Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2015.

VERDUM, Ricardo. *Os Yawaripë: Contribuição à História do Povoamento Yanomami*. 1995. 210 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

Anexo 1: Mapa da região do Ajarani na Terra Indígena Yanomami



Fonte: Instituto Socioambiental, 2013.